

# Clipping



TRIBUNAL DE CONTAS DO  
ESTADO DE GOIÁS

Notícias do dia 27 de abril

# Licitação do Ipasgo é suspensa

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** suspendeu a licitação que seria feita pelo Ipasgo no próximo dia 30 de abril para contratação de software de gestão de plano de saúde por um valor estimado em R\$ 124.905.514,12. A decisão aconteceu após matéria do O POPULAR questionar prioridades na gestão pública goiana em meio à crise provocada pela pandemia do coronavírus.

O órgão tem 15 dias para explicar itens encontrados na licitação que estão em desconformidades como: terceirização de funções estreitamente ligadas às atividades fim do órgão e que deveriam ser realizadas exclusivamente por servidores de carreira, burlando a exigência de concurso público; inexistência de detalhamento dos serviços a serem executados; subcontratação de serviços; inexistência de medidas caso haja descontinuidade do contrato; pagamentos não vinculados a resultados ou a entrega dos serviços; e certificação de propriedade do software para não contratação ou uso de licenças.

Por meio de nota, o Ipasgo afirma que a licitação é acompanhada desde o início pela **Controladoria Geral do Estado (CGE)** e **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**. A decisão surpreendeu a atual gestão do Ipasgo. Isso porque o edital de licitação apresentado, já avaliado anteriormente pela **CGE, TCE-GO** e Ministério Público, não prevê a terceirização de serviços, mas sim a aquisição de ferramentas para a organização dos sistemas de auditoria do órgão, que atualmente funciona praticamente de forma manual.

Além do Ipasgo, o secretário de Estado de Administração, Bruno Magalhães d'Abadia, terá de apresentar justificativas para a compra do programa, pelo motivo do órgão estar subordinado à pasta. Também por nota, a Secretaria de Estado de Administração informou que o sinal positivo foi dado após a Superintendência Central de Compras Governamentais e Logística, responsável por analisar todas as compras que ultrapassem o montante de R\$ 500 mil por meio de avaliação técnica e pesquisas, ter comprovado os valores praticados no mercado.

No despacho, o **conselheiro Edson Ferrari** também questiona, como possível irregularidade, uma cláusula de habilitação técnica restritiva. Dessa forma, segundo o edital, não há indicação de quantidade e valores máximos a serem admitidos por tipo de serviço.

Além disso, ainda há o descumprimento pela terceirização de funções e atividades de auditoria na área de saúde, que havia sido determinado por acordãos do **TCE-GO** e por Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado com o Ministério Público do Estado de **Goiás**. Essa prática no Ipasgo resultou no rombo de R\$ 50 milhões aos cofres públicos.

O edital do Ipasgo havia sido lançado em dezembro de 2019 e foi alvo de críticas pelo valor estimado de R\$ 174,645 milhões. A concorrência estava prevista para o dia 11 de fevereiro, mas foi suspensa cinco dias antes. De acordo com a assessoria de imprensa do órgão, seguindo orientações da **Controladoria Geral do Estado (CGE)** e do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)**, a modalidade do processo de licitação foi alterada para pregão eletrônico em vez de concorrência pública presencial, e com uma redução de R\$ 40 milhões.

Site: <https://www.opopular.com.br/?renderAsFlip=flip&date=20200427&caderno=OPOPULAR&edicaoAberta=false>

# Para tudo - XADREZ

**RUBENS SALOMÃO**

O TCE determinou suspensão do pregão eletrônico que seria realizado pelo Ipasgo no próximo dia 30 para contratação de software de gestão de plano de saúde por um valor estimado em R\$ 124,9 milhões.

Irregularidades

A medida cautelar estabelece que o presidente, Silvio Antônio Fernandes, para que, no prazo de 15 dias, apresente justificativa para os diversos indícios de desconformidades.

**Site:** <http://flip.ohoje.com/public/impresso/4916/4916.pdf>

---

# Governador anuncia que poderes vão cortar 20% das despesas de custeio, viabilizando pagamento de servidores

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado, usou sua conta no Twit-ter, nesta quarta-feira (22/4), para afirmar que os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, além do Ministério Público, **Tribunal de Contas do Estado**, Tribunal de Contas dos Municípios e Defensoria Pública decidiram cortar 20% das despesas de custeio, para enfrentar a crise causada pela pandemia do novo coronavírus.

"Isso garante o pagamento dos servidores em dia. Orgulhoso dessa união exemplar que ajuda Goiás a superar este momento", escreveu Caiado, ao revelar a decisão após reunião com representantes dos órgãos envolvidos.

Rota Jurídica

Site: <https://gazetadoestado.s3-eu-west-1.amazonaws.com/uploads/arquivos/2020/04/4234-1587869964.pdf>

---

# Mesmo com a pandemia da Covid-19, governador garante pagamento dos servidores dia 30 de abril

**ABC** Digital - Em live no último dia 22, aos veículos de comunicação da **Agência Brasil Central (ABC)**, o governador Ronaldo Caiado enalteceu o entendimento feito entre o **Governo de Goiás**, o Tribunal de Justiça, os Tribunais de Contas do Estado e dos Municípios, a Assembleia Legislativa, o Ministério Público e a Defensoria Pública para o corte de 20% do duodécimo da parte de custeio, para garantir o pagamento do salário de abril no próximo dia 30 a todos os servidores. "O que construímos hoje é algo inédito. Não tenho conhecimento disso em outro estado. No governo, sempre procurei trazer para o diálogo os presidentes da Assembleia Legislativa, do Tribunal de Justiça, do **Tribunal de Contas do Estado**, do Tribunal de Contas dos Municípios, do Ministério Público e da Defensoria Pública", afirmou Caiado.

Ele fez um balanço de como está se desenvolvendo a pandemia da Co-vid-19 em Goiás, com 438 casos confirmados em 45 municípios, e lamentou muito a morte do servidor da saúde Javier Martins de Oliveira, considerando-o uma pessoa prestativa, atenciosa e disposta. Ele e a esposa Daniela foram acometidos, ela se recuperou bem, mas ele não resistiu. "Isso me preocupou e deu muita tristeza", observou o governador, acrescentando que o servidor tinha 54 anos de idade, sem nenhuma comorbidade e deixou um filho de dez anos de idade.

"Você não pode tratar a vida com números. Por isso que eu defendo a vida. A prioridade minha vai ser a vida. Não adianta fazer pressão. Não faltou a ele o atendimento, mas se brincarmos com isso será pior. Isso só faz com que a gente intensifique os nossos cuidados, com a campanha do #fiqueemcasa. Fizemos um vídeo que vocês acompanham pelas redes sociais e os meios de comunicação" afirmou. Segundo Caiado, a vida não pode ter um valor financeiro, um valor em dinheiro, por isso é preciso ter cautela e a insistência para que ajudem a si e ao seu próximo usando máscara.

Na avaliação do governador, ainda teremos pela frente no mínimo dois meses críticos. "Estamos hoje no dia 22 e vamos atravessar ainda esse mês de maio e junho. Vamos precisar de muita dedicação por parte de vocês, muito entendimento. É uma travessia que exige de nós muita humildade, determinação e coragem", assinalou, ressaltando que a prioridade é salvar a vida do goiano.

acordo com os poderes

"Com o caso específico da pandemia, estamos fazendo esse encontro toda semana. Mas hoje foi uma situação especial, porque todos sabem da queda da arrecadação, estão noticiando, as atividades estão parando ou paradas, então o Estado também baixa a arrecadação. Prevemos a possibilidade de poder ter até a necessidade de propor um corte nos salários. Isso foi discutido entre nós. Precisávamos achar uma solução. Não podíamos chegar na última hora e dizer que não sabíamos o que fazer. Construímos hoje um acordo em que todos os poderes abriram mão de 20% do duodécimo da parte de custeio. Com essa posição assumida por todos os poderes, nós garantimos o salário para todos os servidores dia 30 de abril", sentenciou, agradecendo a compreensão de todos os envolvidos, do Fórum Empresarial também, que lançou nota de apoio às medidas adotadas pelo **governo de Goiás**, e reforçando que nunca teve isso no Brasil.

Caiado informou também que a queda da arrecadação dos meses de maio e junho vem muito forte. "Se sobrar desses 20%, vamos usar para pagar posteriormente. Vamos fazer o máximo possível para quitar as folhas. Vamos pagar, mesmo se no futuro atrasar um pouco", assinalou. Falou também que depois disso, estará mais motivado ainda para andar por todo o Estado. E reforçou o pedido para que as pessoas usem máscara, com uma atitude de bom senso, porque, agindo assim, quem usa a máscara evita a contaminação sua e do próximo.

Disse ainda que a Educação prorrogou o provável início das aulas presenciais para o dia 30 de maio, mas que a partir do início do próximo mês a secretária da Educação, Fátima Gavioli, deverá avaliar e apresentar uma alternativa, dependendo da situação da pandemia no Estado de Goiás, podendo haver até mesmo a antecipação de férias para junho, "mas vai depender de como estará a pandemia", reafirmou. Voltou a fazer um alerta aos prefeitos, para que tomem cuidado e só façam a abertura da quarentena com um plano de contingência, um relatório epidemiológico e uma autorização assinada pelo prefeito.

Abordou também sobre a parceria da Goiás Fomento e o Sebrae para a criação de um Fundo de Aval, para facilitar o acesso a linhas de crédito da Agência com uma linha de crédito de até R\$ 50 mil. "Nem todas as pessoas têm a condição de deixar um imóvel em garantia e muitas vezes também não consegue achar avalistas para poder garantir o empréstimo que está sendo tomado. E, num trabalho da Secretaria da Indústria e Comércio com o Sebrae, estão compondo um fundo de garantia, para que tenha condição do cidadão poder tomar empréstimo e poder arcar com esse empréstimo e com isso ter capital de giro para manter seus negócios" finalizou. A live está disponível na íntegra na página da TV Brasil Central no Facebook, no link [face-book.com/tvbrasilcentral/ videos/1282263195316336/](https://www.facebook.com/tvbrasilcentral/videos/1282263195316336/).

**Site: <https://gazetadoestado.s3-eu-west-1.amazonaws.com/uploads/arquivos/2020/04/4234-1587869964.pdf>**

---

# Taxa de isolamento social cai e Governador Ronaldo Caiado vai rever decreto que liberou atividades.

O governador Ronaldo Caiado, disse, hoje em entrevista ao Jornal Anhanguera, que já convocou reunião com os presidentes da Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, Tribunal de Contas dos Municípios e com o procurador geral do Ministério Público para discutir a questão do isolamento social.

"Vou relatar a realidade que estamos passando, de segunda-feira até hoje com uma queda vertiginosa no isolamento social, isso é preocupante, é grave, eu peço as pessoas que não brinquem com isso. É inadmissível imaginar como médico que podemos perder tudo o que fizemos até aqui, somos referência nacional, no controle da propagação do coronavírus", argumentou Caiado.

Segundo o governador, a Em entrevista concedida à Televisão Anhanguera, o governador disse que já convocou reunião com os presidentes da Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, Tribunal de Contas dos Municípios e com o procurador geral do Ministério Público para avaliar a questão.

"Vou relatar a realidade que estamos passando, de segunda-feira até hoje com uma queda vertiginosa no isolamento social, isso é preocupante, é grave, eu peço as pessoas que não brinquem com isso. É inadmissível imaginar como médico que podemos perder tudo o que fizemos até aqui, somos referência nacional, no controle da propagação do coronavírus", argumentou Caiado.

Segundo o governador, a taxa de isolamento social caiu para 42% no estado. A avaliação é que o mínimo fique em 50%. Ele relatou que foram liberadas apenas algumas atividades e que não há razão para que se tenha tamanha circulação de pessoas.

"Aquilo que nós liberamos não pode provocar este aumento. (.) Não tem uma explicação para este movimento todo, a não ser que os outros setores estejam liberados, mas isso não está no decreto", afirmou.

Ronaldo Caiado também fez um apelo aos prefeitos, ele ressaltou que em muitas localidades não há estrutura de Saúde suficiente para atender os pacientes, com leitos de UTI capazes de suportar um grande número de pessoas ao mesmo tempo.

"Nós estamos controlando abaixo da curva ideal. Temos leitos suficientes. Se promovermos essa explosão hoje com apenas 42% de isolamento social, vamos colher daqui a 15 dias. Como vamos atender essas pessoas nos municípios?", indagou.

O governador admitiu que há a possibilidade de subnotificações do coronavírus em Goiás. O Laboratório Central (Lacen) tem realizado em torno de 80 testes por dia e há mais de 7 mil casos suspeitos em Goiás.

Ronaldo Caiado argumentou que é preciso que as Secretarias Municipais de Saúde façam a coleta do material para analisar se o paciente está ou não com o coronavírus.

O prefeito não querendo neste momento se tem um maior percentual de casos na cidade dele ou não, remete que existem suspeitos, são 7 mil, mas não tem coleta do material, se a pessoa desenvolver a doença como vamos comprovar ("Isso é subnotificação?") Lógico.

O gestor argumentou que a diferença é grande entre o número de suspeitos e de casos confirmados. "Entre os números de suspeitos e 435 confirmados. Tá suspeito, mas não vem. Há um falso negativo que

chamamos", completou.

"Aquilo que nós liberamos não pode provocar este aumento. (.) Não tem uma explicação para este movimento todo, a não ser que os outros setores estejam liberados, mas isso não está no decreto", afirmou.

Ronaldo Caiado também fez um apelo aos prefeitos, ele ressaltou que em muitas localidades não há estrutura de Saúde suficiente para atender os pacientes, com leitos de UTI capazes de suportar um grande número de pessoas ao mesmo tempo.

"Nós estamos controlando abaixo da curva ideal. Temos leitos suficientes. Se promovermos essa explosão hoje com apenas 42% de isolamento social, vamos colher daqui a 15 dias. Como vamos atender essas pessoas nos municípios?", indagou.

O governador admitiu que há a possibilidade de subnotificações do coronavírus em Goiás. O Laboratório Central (Lacen) tem realizado em torno de 80 testes por dia e há mais de 7 mil casos suspeitos em Goiás.

FONTE: SITE DIÁRIO DE GOIÁS

**Site:** <https://jornalargumento.com.br/goias/taxa-de-isolamento-social-cai-e-governador-ronaldo-caiado-pensa-em-rever-decreto/>

---

# Estado pode fechar ano com déficit de R\$ 8,2 bilhões

A estimativa de déficit de R\$ 3,2 bilhões prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) referente a este ano de 2020 pode se somar a um rombo adicional de R\$ 5 bilhões. O montante de R\$ 8,4 bilhões negativos seriam resultado da frustração de receita causada pelas medidas de isolamento para combater a pandemia do novo coronavírus em **Goiás**. "É a perspectiva de nível médio de queda na receita em relação à realidade nacional e de todos os estados. É o que podemos perder de atividade econômica e isso, a cada dia, a gente entende melhor o que vai acontecer. Diante da reabertura e da flexibilização das medidas restritivas, poderemos observar uma melhora em curto prazo, mas um impacto ainda maior e duradouro na economia e na arrecadação no caso de um colapso do sistema de saúde. É um equilíbrio que precisa ser buscado", considera a secretária estadual de Economia, Cristiane Schmidt.

## Detalhes

O índice de inadimplência nos parcelamentos de dívidas subiu de 4% para 32% nas duas últimas semanas. Além disso, a queda na emissão de notas fiscais e faturamento são fatores para redução de 30% na arrecadação.

## Conjunto

Schmidt tem valorizado ao acordo entre poderes para redução no custeio, mas admite que, para o próximo mês, a redução deve ser maior. "O corte de 20% pode não parecer relevante, mas é o que podemos fazer".

## Rígido

De todas as despesas do estado, 87% são relativas a pagamentos fixos, como folha de pagamento e repasses constitucionais para saúde e educação, que não são alterados.

## Derrota

Por unanimidade, o Supremo Tribunal Federal (STF) derrubou lei que proibia o ensino de "ideologia de gênero" nas escolas municipais de Novo Gama, no entorno do DF. A análise do caso ocorreu ao longo de uma semana no plenário virtual.

## Argumentação

Todos os 11 integrantes do Supremo consideraram que a legislação municipal viola a Constituição. "O reconhecimento da identidade de gênero é, portanto, constitutivo da dignidade humana", avaliam na decisão.

## Prerrogativa

O ministro Edson Fachin avalia que, além de invadir competência federal, a lei municipal violou preceitos da Constituição, como o estado laico, pluralismo de ideias e liberdade de aprendizado, ensino, pesquisa e divulgação do pensamento.

## Para tudo

O **TCE** determinou suspensão do pregão eletrônico que seria realizado pelo Ipasgo no próximo dia 30 para contratação de software de gestão de plano de saúde por um valor estimado em R\$ 124,9 milhões.

## Irregularidades

A medida cautelar estabelece que o presidente, Silvio Antônio Fernandes, para que, no prazo de 15 dias, apresente justificativa para os diversos indícios de desconformidades.

#### CURTAS

- O Conselho Estadual de Educação notificou 10 escolas particulares por anunciarem antecipação de férias.
- O governo reabre hoje 15 unidades do Vapt Vupt, quatro na capital e outros 11 postos de atendimento no interior.
- O deputado federal e ex-ministro da Saúde no governo Temer, Ricardo Barros, testou positivo para coronavírus.

**Site:** <http://www.ohoje.com/noticia/xadrez/n/175906/t/estado-pode-fechar-ano-com-deficit-de-r-82-bilhoes>

---

# TCE-GO suspende licitação do Ipasgo no valor de R\$ 125 milhões

Publicado em abr 27, 2020

Pregão para contratação de software para gestão de plano de saúde seria realizado em 30 de abril

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** determinou, na tarde da sexta-feira (24/abr), a suspensão do pregão eletrônico 07/2020 que seria realizado pelo Ipasgo no próximo dia 30 para contratação de software de gestão de plano de saúde por um valor estimado em R\$ 124.905.514,12. A medida cautelar, expedida pelo **conselheiro Edson Ferrari**, estabelece ainda a citação do presidente da autarquia, Silvio Antônio Fernandes, para que, no prazo de 15 dias, apresente justificativa para os diversos indícios de desconformidades constatadas (veja quadro) no edital de licitação, e evidencie as medidas tomadas para cumprir as determinações contidas em três acórdãos da Corte de Contas (439/2019; 3419/2019 e 1196/2018) que tratam de terceirização irregular de mão de obra pelo Ipasgo, burlando a exigência de concurso público.

No despacho, que mesmo já estando em vigor será submetido ao Pleno, o **conselheiro** determina ainda que a pregoeira do Ipasgo e o responsável pela elaboração do documento de convocação para o certame também apresentem justificativas para as desconformidades detectadas. O secretário de Estado de Administração, Bruno Magalhães d'Abadia, também terá de apresentar justificativas. O Ipasgo é subordinado à secretaria e cabe exclusivamente a ela realizar concurso público e outros processos seletivos para órgãos e entidades do Poder Executivo estadual.

A medida - que não contém análise de mérito definitiva, e que foi tomada com intuito de evitar possíveis lesões aos cofres públicos - atende representação do Serviço de Análise Prévia de Editais e Licitações e pelo Serviço de Informações Estratégicas do **TCE-GO**. A análise das unidades técnicas é de que a contratação abrange a terceirização de funções estreitamente ligadas às atividades finalísticas da autarquia, que deveriam ser executadas por servidores públicos de carreira.

Além da contratação de particular para exercer atividades de auditoria de saúde em descumprimento à legislação e do possível desacordo com o que foi determinado por acórdãos do **TCE-GO** e por Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado com o Ministério Público do Estado de **Goiás**, consta da lista de possíveis irregularidades a adoção de cláusula de habilitação técnica potencialmente restritiva de competitividade e a inadequação da divisão em lotes ou itens. As unidades técnicas destacaram que, no edital, não há indicação de quantidade e valores máximos a serem admitidos por tipo de serviço. O relatório menciona ainda que a terceirização de funções e atividades de auditoria de saúde contribuiu para a fragilidade dos processos finalísticos, dos controles internos e da gestão de riscos no Ipasgo, o que resultou em grave lesão aos cofres públicos estaduais, estimados pela Polícia Civil em cerca de R\$ 50 milhões.

Inicialmente, seria realizada sessão pública para contratação do serviço, pela modalidade técnica e preço em 21 de fevereiro deste ano ao custo estimado de R\$ 174.645.894,30. À época, as unidades técnicas representaram pela cautelar e o relator determinou a apresentação de defesa por parte da autarquia. O certame foi suspenso e novo edital foi publicado, desta vez com redução do valor em aproximadamente R\$ 40 milhões e alteração para pregão eletrônico. Contudo, de acordo com entendimento do Tribunal, grande parte das inconformidades detectadas no primeiro edital foram mantidas no atual.

Diretoria de Comunicação Social

**Site:** <http://www.atricon.org.br/imprensa/noticias/tce-go-suspende-licitacao-do-ipasgo-no-valor-de-r-125-milhoes/>

# Taxa de isolamento social cai e Governador Ronaldo Caiado vai rever decreto que liberou atividades. (CIDADE)

O governador Ronaldo Caiado, disse,

hoje em entrevista ao Jornal Anhanguera, que já convocou reunião com os presidentes da Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, do Tribunal de Contas do Estado de Goiás, Tribunal de Contas dos Municípios e com o procurador geral do Ministério Público para discutir a questão do isolamento social.

"Vou

relatar a realidade que estamos passando, de segunda-feira até hoje com uma queda vertiginosa no isolamento social, isso é preocupante, é grave, eu peço as pessoas que não brinquem com isso. É inadmissível imaginar como médico que podemos perder tudo o que fizemos até aqui, somos referência nacional, no controle da propagação do coronavírus", argumentou Caiado.

Segundo o governador, a Em entrevista concedida à

Televisão Anhanguera, o governador disse que já convocou reunião com os presidentes da Assembleia Legislativa, Tribunal de Justiça, Defensoria Pública, do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás**, Tribunal de Contas dos Municípios e com o procurador geral do Ministério Público para avaliar a questão.

"Vou relatar a realidade que

estamos passando, de segunda-feira até hoje com uma queda vertiginosa no isolamento social, isso é preocupante, é grave, eu peço as pessoas que não brinquem com isso. É inadmissível imaginar como médico que podemos perder tudo o que fizemos até aqui, somos referência nacional, no controle da propagação do coronavírus", argumentou Caiado.

Segundo o governador, a taxa

de isolamento social caiu para 42% no estado. A avaliação é que o mínimo fique

---

em 50%. Ele relatou que foram liberadas apenas algumas atividades e que não há razão para que se tenha tamanha circulação de pessoas.

"Aquilo que nós liberamos não pode provocar este aumento. (.) Não tem uma explicação para este movimento todo, a não ser que os outros setores estejam liberados, mas isso não está no decreto", afirmou.

Ronaldo Caiado também fez um apelo aos prefeitos, ele ressaltou que em muitas localidades não há estrutura de Saúde suficiente para atender os pacientes, com leitos de UTI capazes de suportar um grande número de pessoas ao mesmo tempo.

"Nós estamos controlando abaixo da curva ideal. Temos leitos suficientes. Se promovermos essa explosão hoje com apenas 42% de isolamento social, vamos colher daqui a 15 dias. Como vamos atender essas pessoas nos municípios?", indagou.

O governador admitiu que há a possibilidade de subnotificações do coronavírus em Goiás. O Laboratório Central (Lacen) tem realizado em torno de 80 testes por dia e há mais de 7 mil casos suspeitos em Goiás.

Ronaldo Caiado argumentou que é preciso que as Secretarias Municipais de Saúde façam a coleta do material para analisar se o paciente está ou não com o coronavírus.

O prefeito não querendo neste momento se tem um maior percentual de casos na cidade dele ou não, remete que existem suspeitos, são 7 mil, mas não tem coleta do material, se a pessoa desenvolver a doença como vamos comprovar ("Isso é subnotificação?") Lógico.

O gestor argumentou que a diferença é grande entre o número de suspeitos e de casos confirmados. "Entre os números de suspeitos e 435 confirmados. Tá suspeito, mas não vem. Há um falso negativo que chamamos", completou.

---

"Aquilo que nós liberamos não pode provocar este aumento. (.) Não tem uma explicação para este movimento todo, a não ser que os outros setores estejam liberados, mas isso não está no decreto", afirmou.

Ronaldo

Caiado também fez um apelo aos prefeitos, ele ressaltou que em muitas localidades não há estrutura de Saúde suficiente para atender os pacientes, com leitos de UTI capazes de suportar um grande número de pessoas ao mesmo tempo.

"Nós

estamos controlando abaixo da curva ideal. Temos leitos suficientes. Se promovermos essa explosão hoje com apenas 42% de isolamento social, vamos colher daqui a 15 dias. Como vamos atender essas pessoas nos municípios?", indagou.

O governador admitiu que há a possibilidade de subnotificações do coronavírus em Goiás. O Laboratório Central (Lacen) tem realizado em torno de 80 testes por dia e há mais de 7 mil casos suspeitos em Goiás.

FONTE: SITE DIÁRIO DE GOIÁS

**Site:** <https://jornalargumento.com.br/goias/taxa-de-isolamento-social-cai-e-governador-ronaldo-caiado-pensa-em-rever-decreto/>

---

# TCE-GO suspende pregão do Ipasgo para contratação de software de gestão de plano de saúde

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** determinou a suspensão de pregão eletrônico que previa R\$ 124.905.514,12 para contratação de software de gestão de plano de saúde. O pregão 07/2020 seria realizado pelo Ipasgo no próximo dia 30.

O **TCE** listou uma série de irregularidades que constam no pregão e solicitou justificadas no prazo de 15 dias ao presidente da autarquia, Silvío Antônio Fernandes. Além disso, a medida cautelar determina que sejam tomadas medidas para cumprir as determinações contidas em três acórdãos da Corte de Contas (439/2019; 3419/2019 e 1196/2018) que tratam de terceirização irregular de mão de obra pelo Ipasgo.

O secretário de Estado de Administração (Sead), Bruno Magalhães d'Abadia, também deve apresentar justificativas, uma vez que o Ipasgo é subordinado à secretaria. A medida não é definitiva e visa, segundo o TCU, evitar lesões aos cofres públicos.

Em nota, o Ipasgo alega que a licitação é acompanhada desde o início pela **Controladoria Geral do Estado (CGE)** e **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** e que a equipe do Ipasgo apresentou o projeto detalhado ao presidente do **TCE-GO** e ao **conselheiro Edson Ferrari**, em reunião presencial".

Segundo a nota enviada pelo órgão, a decisão do **conselheiro** surpreende a atual gestão do Ipasgo. Isso porque o edital de licitação apresentado, já avaliado anteriormente pela **CGE, TCE-GO** e Ministério Público, não prevê a terceirização de serviços, mas sim a aquisição de ferramentas para a organização dos sistemas de auditoria do órgão, que atualmente funciona praticamente de forma manual .

Confira abaixo as irregularidades constadas pelo órgão.

**Site:** <http://www.podergoias.com.br/materia/2678/tce-go-suspende-pregao-do-ipasgo-para-contratacao-de-software-de-gestao-de-plano-de-saude>

---

# Suspensa licitação do Ipasgo no valor de R\$ 125 milhões que seria feita durante crise do coronavírus

25/04/2020 - 18:57

Matéria atualizada em 25/4/2020, às 20h35.

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** suspendeu a licitação que seria feita pelo Ipasgo no próximo dia 30 de abril para contratação de software de gestão de plano de saúde por um valor estimado em R\$ 124.905.514,12. A decisão aconteceu após matéria do O POPULAR questionar prioridades na gestão pública goiana em meio à crise provocada pela pandemia do coronavírus.

O órgão tem 15 dias para explicar itens encontrados na licitação que estão em desconformidades como: terceirização de funções estreitamente ligadas às atividades fim do órgão e que deveriam ser realizadas exclusivamente por servidores de carreira, burlando a exigência de concurso público; inexistência de detalhamento dos serviços a serem executados; subcontratação de serviços; inexistência de medidas caso haja descontinuidade do contrato; pagamentos não vinculados a resultados ou a entrega dos serviços; e certificação de propriedade do software para não contratação ou uso de licenças.

Por meio de nota, o Ipasgo afirma que a licitação é acompanhada desde o início pela **Controladoria Geral do Estado (CGE)** e **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**. A decisão surpreendeu a atual gestão do Ipasgo. Isso porque o edital de licitação apresentado, já avaliado anteriormente pela **CGE, TCE-GO** e Ministério Público, não prevê a terceirização de serviços, mas sim a aquisição de ferramentas para a organização dos sistemas de auditoria do órgão, que atualmente funciona praticamente de forma manual.

Além do Ipasgo, o secretário de Estado de Administração, Bruno Magalhães d'Abadia, terá de apresentar justificativas para a compra do programa, pelo motivo do órgão estar subordinado à pasta. Também por nota, a Secretaria de Estado de Administração informou que o sinal positivo foi dado após a Superintendência Central de Compras Governamentais e Logística, responsável por analisar todas as compras que ultrapassem o montante de R\$ 500 mil por meio de avaliação técnica e pesquisas, ter comprovado os valores praticados no mercado.

No despacho, o **conselheiro Edson Ferrari** também questiona, como possível irregularidade, uma cláusula de habilitação técnica restritiva. Dessa forma, segundo o edital, não há indicação de quantidade e valores máximos a serem admitidos por tipo de serviço.

Além disso, ainda há o descumprimento pela terceirização de funções e atividades de auditoria na área de saúde, que havia sido determinado por acordãos do **TCE-GO** e por Termo de Ajustamento de Conduta (TAC), firmado com o Ministério Público do Estado de **Goiás**. Essa prática no Ipasgo resultou no rombo de R\$ 50 milhões aos cofres públicos.

O edital do Ipasgo havia sido lançado em dezembro de 2019 e foi alvo de críticas pelo valor estimado de R\$ 174,645 milhões. A concorrência estava prevista para o dia 11 de fevereiro, mas foi suspensa cinco dias antes. De acordo com a assessoria de imprensa do órgão, seguindo orientações da **Controladoria Geral do Estado (CGE)** e do **Tribunal de Contas do Estado (TCE-GO)**, a modalidade do processo de licitação foi alterada para pregão eletrônico em vez de concorrência pública presencial, e com uma redução de R\$ 40 milhões.

Veja as notas na íntegra:

---

Ipasgo

O processo de licitação proposto pelo Instituto de Assistência dos Servidores do Estado de **Goiás** (Ipasgo) é acompanhado desde o início pela **Controladoria Geral do Estado (CGE)** e **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**. Ao longo do período, as orientações estão sendo acolhidas de modo a ampliar a transparência da nova contratação, que tem como objetivo implantar uma nova plataforma para modernizar os processos, reduzir fraudes e aumentar o controle das ações.

Inclusive, a equipe do Ipasgo apresentou o projeto detalhado ao presidente do **TCE-GO** e ao **conselheiro Edson Ferrari**, em reunião presencial. As orientações encaminhadas pelo **TCE-GO** serão respondidas oficialmente e o Ipasgo espera que a avaliação do órgão de controle seja célere para que haja a retomada do processo de licitação.

A decisão do **conselheiro** surpreende a atual gestão do Ipasgo. Isso porque o edital de licitação apresentado, já avaliado anteriormente pela **CGE, TCE-GO** e Ministério Público, não prevê a terceirização de serviços, mas sim a aquisição de ferramentas para a organização dos sistemas de auditoria do órgão, que atualmente funciona praticamente de forma manual.

Para se ter ideia, o modelo atual possui mais de 40 sistemas interligados, que impedem a transparência dos atos e permitem, por exemplo, desvios e fraudes como o pagamento de dois mil exames de laboratório para um único paciente, liberações de pedidos feitas e autorizadas por um mesmo profissional de saúde, cadastros de usuários sem dados como CPFs, cadastros irregulares de prestadores de serviço, entre outros. Essas irregularidades são alvo de investigação de duas operações instauradas pela Polícia Civil do Estado de **Goiás**.

A nova gestão do Ipasgo está construindo um plano de carreira para seus servidores administrativos e auditores, com o objetivo de revisar as remunerações e, futuramente, ampliar a contratação, via seleção pública. Todos esses processos também são acompanhados pelo MP-GO.

Os questionamentos enviados anteriormente pelo **conselheiro**, que são similares aos apontados hoje, foram respondidos pelo Ipasgo e também incluídos no novo edital do pregão eletrônico, divulgado no dia 15 de abril.

Os pontos apontados novamente pelo **conselheiro** do **TCE-GO**, ao pedir a suspensão do pregão eletrônico, serão esclarecidos com as informações contidas no próprio edital e também novas análises técnicas, que serão incluídas ao chamamento público para dar mais transparência e sanar quaisquer tipos de questionamentos. O Ipasgo reitera que todas as recomendações dos órgãos de controle são e serão atendidas.

Com a contratação da nova plataforma de tecnologia, o Ipasgo vai gerar economia imediata. Isso porque, atualmente, o plano paga R\$ 158 milhões em contratos de serviços similares, que são defasados e não coíbem fraudes e desvios.

A automação vai permitir mais segurança nos dados, serviços e análises gerenciais e estratégicas. O que impactará nos gastos assistenciais, que terão controle e transparência. Essas medidas vão reduzir custos e pagamentos desnecessários, o que garantirá uma economia média de 15% ao volume aplicado na assistência anualmente. Isso corresponde a cerca de R\$ 300 milhões por ano.

O presidente do Ipasgo, Sílvio Fernandes, explica que a situação atual do plano de assistência é preocupante porque os controles são falhos e ainda há brechas para fraudes. "Ainda gastamos de forma indevida porque não há como controlar e acompanhar todos os atos. O sistema antigo foi construído para facilitar desvios. Agora, estamos trabalhando arduamente para corrigir isso."

Ele informa que, recentemente ao solicitar o número e perfil dos usuários do plano que estão no grupo de risco de contaminação pelo novo coronavírus, o relatório inicial apontou que mais de 6 mil usuários do plano estão cadastrados sem CPF. Segundo ele, esse número pode chegar a 40 mil pessoas, os levantamentos continuam.

Além disso, outra fraude detectada foi o pagamento de leitos de UTI sem estarem ocupados por pacientes e

também serviço de homecare para pacientes já falecidos. "Se não houver controle, o dinheiro aplicado será alvo constante de desvio e os maiores prejudicados serão o futuro do plano, que está ameaçado, e seus beneficiários."

As falhas, que o sistema atual de tecnologia ainda permitem, ainda geram perdas financeiras. De setembro de 2019, quando se iniciaram as análises do processo pelos órgãos de controle, até agora o instituto teve prejuízo estimado de R\$ 117,6 milhões ou o equivalente a R\$ 27 mil por hora.

O Ipasgo destaca também que os esforços desta nova gestão nos investimentos em transparência e controle de riscos foi premiado pelo **TCE-GO**. Em recente levantamento divulgado pelo tribunal, o plano de assistência ficou em segundo lugar no ranking de 'Avaliação dos Controles Internos e Órgãos'. Ao total, foram analisados 54 órgãos estaduais.

#### Secretaria da Administração

Incumbida de operacionalizar o sistema Compras Net, ferramenta utilizada por todos os órgãos do Estado para efetuarem aquisições, a Superintendência Central de Compras Governamentais e Logística, da Secretaria de Estado da Administração, é a unidade responsável por analisar todas as compras que ultrapassem o montante de R\$ 500 mil por meio de avaliação técnica e pesquisas.

Na aquisição em questão, por tratar-se de um aparato tecnológico, o regramento estadual designa à Secretaria de Estado de Desenvolvimento e Inovação as prerrogativas de avaliar, por meio de análises técnicas e consulta de valores de mercado, os benefícios para efetivação da contratação do software. Dentro das conformidades apontadas pelo órgão, coube ao titular da Secretaria da Administração legitimar os estudos e dar andamento ao processo.

**Site:** <https://www.opopular.com.br/noticias/politica/suspensa-licita%3%A7%C3%A3o-do-ipasgo-no-valor-de-r-125-milh%C3%B5es-que-seria-feita-durante-cri-se-do-coronav%C3%ADrus-1.2042041>

# Concurso Goiasprev: solicitado pelo TCE GO! Confira!

*Lanna Sant'Anna - Equipe de Comunicação do Gran Cursos Online*

Postado em 25/04/2020 21:40

O **Tribunal de Contas do Estado de Goiás** determinou que a **Goiás** Previdência não realize mais contratações de pessoal terceirizado para atividades finalísticas e que apresentasse, em determinado período, cronograma e plano de ação para um concurso Goiasprev. Por isso, concurseiro, prepare-se com antecedência com o Gran Cursos Online!

Concurso Goiasprev: situação atual

Além da determinação, o **TCE GO** indicou ainda que sejam realizados e encaminhados para a Secretaria de Estado da Administração documentos com estudos quanto à composição do quadro de pessoal da Goiasprev: quantitativo de servidores efetivos e terceirizados, atribuições, vencimentos e demais informações pertinentes às carreiras.

Em 2019, a Secretaria de Administração do Estado de **Goiás** divulgou edital de processo seletivo simplificado com oferta de vagas para provimento em diversas lotações, dentre eles a Goiasprev. Porém, por se tratar de seleção temporária, um novo concurso para o quadro efetivo ainda é necessário.

Sobre a Goiasprev

A **Goiás** Previdência (GOIASPREV) é responsável pela administração, operacionalização e gerenciamento do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos (RPPS) e do Regime Próprio de Previdência dos Militares do Estado de **Goiás** (RPPM), além de demais competências definidas em lei complementar.

Resumo do concurso Goiasprev

Concurso **Goiás** Previdência (concurso Goiasprev)

Banca organizadora A definir

Cargos A definir

Escolaridade A definir

Carreiras A definir

Lotação Estado de **Goiás**

Número de vagas A definir

Remuneração A definir

Inscrições A definir

Previsão p/ publicação do edital 2020

Situação Solicitado pelo **TCE GO**

---

Link do edital Último edital não encontrado

**Site:** <https://blog.grancursosonline.com.br/concurso-goiasprev/>

---